

QUE AUSCHWITZ NÃO SE REPITA!¹

THAT AUSCHWITZ NEVER HAPPENS AGAIN!

Luiz Roberto Gomes²

RESUMO: Esse artigo aborda a conjuntura atual do Brasil, em tempos da Pandemia da Covid-19, da política autoritária e excludente do governo Bolsonaro e a importância da autorreflexão crítica, como perspectiva educacional emancipatória, em consonância com o imperativo categórico proposto por Theodor Adorno em 1965: “Que Auschwitz não se repita!”. Para o desenvolvimento da argumentação que sustenta a tese desse artigo, dois aspectos serão destacados: o primeiro relaciona-se à compreensão do Brasil, em sua configuração autoritária e excludente; o segundo aborda a educação como autorreflexão crítica e emancipatória, diante dos autoritarismos diversos que habitam o Brasil hoje.

Palavras-chave: Covid-19; Autoritarismo; Teoria Crítica da Sociedade; Theodor Adorno; Autorreflexão Crítica.

ABSTRACT: This article addresses the current conjuncture of Brazil, in times of the Covid-19 Pandemic, of the authoritarian and excluding politics of the Bolsonaro government and the importance of critical self-reflection, as an emancipatory educational perspective, in line with the categorical imperative proposed by Theodor Adorno in 1965: “May Auschwitz not be repeated!”. For the development of the argumentation that supports the thesis of this article, two aspects will be highlighted: the first is related to the understanding of Brazil, in its authoritarian and excluding configuration; the second approaches education as critical and emancipatory self-reflection, in the face of the diverse authoritarianisms that inhabit Brazil today.

Keywords: Covid-19; Authoritarianism, Critical Theory of Society; Theodor Adorno; Critical Self-reflection.

*“Em todo canto, em cada canto, desencantos
Esperançar, em cada dia, nosso canto...”*

(Luiz Roberto Gomes e Vanderlei Barbosa, 2020)

INTRODUÇÃO

A Pandemia da Covid-19, hoje com mais de 120.000 óbitos no Brasil, nos impôs uma condição trágica e desesperadora. Afinal, para além da atitude ética e responsável do isolamento social, o que mais seria possível entender e fazer?

A tradição escravista, a exploração e concentração das riquezas nas mãos de poucos e, principalmente a negação de ações republicanas voltadas ao bem comum, certamente figuram como elementos importantes para a compreensão das práticas

1 Essa é uma versão condensada do artigo “Autoritarismo de múltiplas faces no Brasil: antissemitismo, Bolsonarismo e educação”, que será publicado em breve, ainda no ano de 2020, na Revista REVEDUC, no dossiê “Consequências do bolsonarismo sobre os direitos humanos, as educação superior e a produção científica no Brasil”. Essa versão foi adaptada às situações didáticas e as reflexões que foram compartilhadas em aula (30/06/2020) na disciplina do PPGE-UFSCar: “Brasil, Brasis e a Educação: o que a pandemia da Covid-19 nos revela?”.

2 Professor associado do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFSCar. Integrante da Linha de Pesquisa Educação, Cultura e Subjetividade. Coordenador do Grupo de Pesquisa “Teoria Crítica e formação ético-política”. [luizrgomes@ufscar.br]

autoritárias, que predominam hoje no Brasil e ameaçam cotidianamente o Estado Democrático de Direito.

Em termos educacionais, o imperativo “Que Auschwitz não se repita!”, enunciado por Theodor Adorno em 1965³, se atualiza, quase 80 anos depois de uma das manifestações mais trágicas do *nazi-fascismo*, que resultou no extermínio em massa de mais de seis milhões de judeus. Uma questão que poderíamos formular neste momento seria: como e por que a cultura autoritária, de feição *neofascista*, ganha cada vez mais espaço em sociedades ditas “democráticas”, como a brasileira?

Os episódios de autoritarismo são múltiplos e constantes na história do Brasil. Eles podem ser observados, a todo tempo, em vários segmentos da sociedade brasileira. Não se trata apenas de períodos específicos, tais como: o genocídio dos indígenas, por ocasião da invasão das terras brasileiras em 1500; ou dos mais de 300 anos de escravidão oficializada; da Ditadura de Vargas no Estado Novo; dos “Anos de Chumbo” (1964-1984); ou da personalidade autoritária extremista - de tipo fascista - de Jair Bolsonaro, de seu governo e do bolsonarismo⁴ insurgente; que disputam nosso território e nos ameaçam todos os dias. O autoritarismo, de múltiplas faces, também pode ser observado na “gramática segregativa dos afetos”⁵, manifestada pelas atitudes de indiferença, ódio ambivalente e ódio segregativo; que marcam as ações violentas dos brasileiros. Os discursos racistas, machistas, homofóbicos, xenofóbicos, entre tantos outros, que se multiplicam no Brasil, nos fazem refletir: Por que algumas vidas valem mais do que outras? Choramos e lamentamos todos os dias, tentando encontrar uma resposta, os por quês muitos são massacrados, excluídos, não têm voz, não são livres, não possuem direitos e, portanto, não são reconhecidos em sua cidadania e dignidade humana?

Em tempos de neoliberalismo e da COVID-19⁶, com o flagrante colapso do sistema econômico, em um capitalismo que sobrevive da especulação financeira e do endividamento social; a luta pela sobrevivência é humanamente desesperadora. As desigualdades econômicas e sociais, o racismo estrutural, os milhares de desempregados, os discriminados, os ditos invisíveis para o Estado, sem CPF e cadastro nos programas sociais do Governo Federal, os “empreendedores” sem renda e qualquer assistência do Estado; colocam em xeque as garantias constitucionais dos direitos fundamentais, previstas no artigo 5º. da Constituição Federal de 1988, em que:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (BRASIL, 2000, p. 15).

O contexto atual nos coloca diante de um conjunto de questões que precisam ser tratadas com muita lucidez, distanciamento crítico e senso de responsabilidade social. Aliás, esse é um termo bastante utilizado e banalizado pelos departamentos

3 ADORNO, Theodor W. Educação Após Auschwitz in: Educação e Emancipação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. pp. 119-138.

4 Bolsonarismo é um termo criado para designar o caráter ideológico, fundamentalista, conservador, extremista e fascista de Jair Bolsonaro e de seus filhos. Trata-se, de um movimento que tem desencadeado muitas pesquisas no Brasil e no mundo, especialmente na área de ciências humanas.

5 Termo empregado por Christian Ingo Lenz Dunker, em 2019, no artigo “Psicologia das massas digitais e análise do sujeito democrático” in ABRANCHES et al. Democracia em Risco? São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

6 A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. Apresenta um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves.

de *marketing* das poderosas empresas e das propagandas dos governos, tanto em nível federal, como estadual e municipal. As ações são muito pouco efetivas, se considerarmos a situação concreta de vida da maioria dos brasileiros, a destruição exponencial do meio ambiente, as ameaças às instituições democráticas, os ataques à cultura, à universidade e às pessoas em geral. Uma espécie de ignorância cínica, que nos ameaça diariamente. Quando Theodor Adorno afirmou no ano de 1965, em uma de suas conferências radiofônicas mais conhecidas, que “o centro de toda educação política deveria ser que Auschwitz não se repita” (ADORNO, 1995, p. 137), o que ele estava querendo nos dizer de fato? Qual o legado e quais as orientações pedagógicas que foram compartilhadas pelo autor? Certamente que havia nas palavras de Adorno um diagnóstico de tempo, um compromisso com a formação humana e uma preocupação desesperada com o futuro da humanidade e das sociedades.

Este artigo fundamenta-se na tese de que a personalidade autoritária encontra um terreno fértil de disseminação social, em lugares e situações em que predominam a instrumentalização da formação, o desenvolvimento da racionalidade técnico-científica e a cultura cega do “progresso”. A formação humana, que é responsabilidade de todos nós, está cada vez mais danificada e distante de uma perspectiva educacional voltada à sensibilidade estética e à dimensão ético-política da vida Comum⁷. Para o desenvolvimento da argumentação que sustenta a tese desse artigo, dois aspectos serão destacados: o primeiro relaciona-se à compreensão do Brasil, em sua configuração autoritária e excludente; o segundo aborda a educação como autorreflexão crítica e emancipatória, diante dos autoritarismos diversos que habitam o Brasil hoje.

BRASIL: AUTORITARISMO, DESIGUALDADES PROFUNDAS E EXCLUSÕES DIVERSAS

Os traços constitutivos do autoritarismo e das exclusões diversas no Brasil podem ser identificados, em linhas gerais, nas narrativas de obras clássicas da literatura brasileira, já publicadas ao longo do século XX: “Casa Grande e Senzala” de Gilberto Freyre (1933), “Sobrados e Mucambos” de Gilberto Freyre (1936/2006), “Raízes do Brasil” de Sérgio Buarque de Holanda (1936/1995), “Formação do Brasil Contemporâneo” de Caio Prado Júnior (1942/2000), “Coronelismo Enxada e Voto” de Victor Nunes Leal (1948/1997), “Os Donos do Poder” de Raymundo Faoro (1958/2001), “Formação Econômica do Brasil” de Celso Furtado (1959/2007), “O Povo Brasileiro” de Darcy Ribeiro (1995), “A Elite do Atraso” de Jessé Souza (2017), entre outras, são obras imprescindíveis à compreensão da sociedade brasileira.

Essas obras literárias (clássicas) expressam, com significativa nitidez, algumas características marcantes da cultura brasileira, das quais: o espírito aventureiro, a cordialidade, o elitismo, o dualismo, o personalismo, o patrimonialismo, o familismo, o clientelismo, o coronelismo, o autoritarismo, o escravismo, o racismo, entre outras. A ênfase na formação de uma elite dirigente que ignora, na maioria das vezes, o sentido ético-político da sociedade, só faz acentuar no Brasil, as profundas marcas das desigualdades sociais e raciais, que sempre foram parte de sua história, desde a “descoberta” em 1500, até hoje.

7 Cf. DARDOT, Pierre e LAVAL, Christian. Comum: Ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

Em um país continental como o Brasil, de longa extensão territorial, com terras férteis; o agronegócio global, liderado por grandes grupos econômicos internacionais, tem encontrado cada vez mais espaço na economia brasileira atual. O aumento da produtividade possibilitado, inclusive, com o desmatamento de grandes áreas de florestas nativas, assassinato e expulsão de povos indígenas de suas terras, a utilização de alto teor de agrotóxicos e sementes transgênicas, além de intensificar a concentração de renda nas mãos dos herdeiros dos grandes latifúndios, sufoca a agricultura familiar dos pequenos produtores e prejudica a saúde da população brasileira. Trata-se de um conjunto de contradições, com forte poder de destruição e desrespeito à vida e a saúde pública da sociedade brasileira.

A manutenção das desigualdades sociais, distintamente presente no Brasil desde o período colonial, é estruturada conforme os argumentos de Prado Júnior (2000) pelo fundamento econômico das grandes propriedades privadas, da concentração de renda, da separação de classes e escravização do trabalho. Isso significa, segundo a análise recente de Souza (2017), que qualquer ameaça a esse modelo social historicamente constituído pode reacender a chama de práticas autoritárias fascistas.

Também podemos identificar, nas práticas políticas de hoje, aspectos da cultura colonial, que acentuam o “patrimonialismo”, o “coronelismo”, o “clientelismo”, o “familismo” e o “personalismo”, tal como foram tratados nas obras “Raízes do Brasil” de Sérgio Buarque de Hollanda em 1936, “Coronelismo, enxada e voto” de Victor Nunes Leal em 1948 e “Os Donos do Poder” de Raymundo Faoro em 1958. O que essas práticas reforçam, independentemente do emprego dos conceitos, é a forma autoritária de imposição dos interesses privados sobre os públicos, que tendencialmente sempre prevaleceram no Brasil, contrariando, em termos ético-políticos, a vontade da coletividade e a garantia do Bem Comum.

A lei, a ser cumprida por uns e ignorada por outros, sob a proteção do lema “para os amigos tudo, para os inimigos a lei”, é a face do aparato jurídico, não necessariamente comprometido com a sua finalidade, a Justiça. O sufrágio universal, que tenderia a ser democrático, em termos de um debate público sobre os programas de governo para o país, também é carcomido pelas diversas formas de manipulação da opinião pública, especialmente com as *Fake News* financiadas por empresários e disparadas instantaneamente nas redes sociais. No fim das contas, o eleitor fica sem saber, qual foi o projeto que ele escolheu, mesmo sem ter tido a oportunidade de participar ativamente da sua discussão e elaboração.

Conforme Arendt (1989 e 2017), a lógica totalitária destrói a capacidade humana de sentir e pensar, assim como a capacidade de agir. Foi esse tipo de vida que pôde ser observado não só no período da Ditadura Militar do Brasil, mas também no passado colonial, em outros momentos da história e agora, com muitas evidências, nas diversas ações do governo Bolsonaro e, por consequência, do bolsonarismo insurgente.

Nos fragmentos filosóficos que compõem a obra *Dialética do Esclarecimento*, concluída em 1944, durante a 2ª. guerra mundial, Horkheimer e Adorno desenvolveram um conjunto de reflexões acerca do processo de autodestruição do esclarecimento, do predomínio da racionalidade instrumental, do mito do progresso, do poder destruidor da técnica, da vida administrada e danificada pela indústria cultural, do estado de regressão da civilização esclarecida à barbárie, do significado do horror dos regimes totalitários, entre outros aspectos, muito pertinentes e que,

guardadas as diferenças dos períodos históricos, mantém sua impressionante atualidade. Na nota sobre a nova edição alemã, de abril de 1969, em Frankfurt am Main, Horkheimer e Adorno nos advertiam:

Os conflitos no Terceiro Mundo, o crescimento renovado do totalitarismo não são meros incidentes históricos, assim como tampouco o foi, segundo a “Dialética” o fascismo em sua época. O pensamento crítico, que não se detém nem mesmo diante do progresso, exige hoje que se tome partido pelos últimos resíduos de liberdade, pelas tendências ainda existentes a uma humanidade real, ainda que pareçam impotentes em face da grande marcha histórica (HORKHEIMER e ADORNO, 1985, p. 09).

A autorreflexão crítica, como forma prática de preservação e defesa da liberdade humana, sempre se fez presente nos escritos de Adorno e Horkheimer. Mesmo em regimes autoritários, em que os ataques foram direcionados à liberdade do pensamento, os autores insistiram na perspectiva de uma razão não eclipsada, capaz de transcender a racionalidade técnico-instrumental e de se emancipar. Tratava-se, no contexto dos anos 1940, da regressão efetiva da civilização esclarecida à barbárie. Conforme os autores:

A tendência não apenas ideal, mas também prática, à autodestruição, caracteriza a racionalidade desde o início e de modo nenhum apenas a fase em que essa tendência evidencia-se sem disfarces (...) seu ‘irracionalismo’ é derivado da essência da própria razão dominante e do mundo correspondente a sua imagem (HORKHEIMER e ADORNO, 1985, p. 16).

O avanço desenfreado do progresso⁸, a venda em liquidação da cultura, o cerceamento da imaginação teórica como preparação para o caminho do desvario político, o esclarecimento paralisado pelo temor da verdade, a dominação cega, a anulação do indivíduo pelo poder econômico, são algumas das teses da *Dialética do Esclarecimento* que reforçam “A ideia de que hoje importa mais conservar a liberdade, ampliá-la e desdobrá-la, em vez de acelerar, ainda que indiretamente, a marcha em direção ao mundo administrado...” (HORKHEIMER e ADORNO, 1985, p. 10).

O ensaio “Elementos do Anti-Semitismo: limites do esclarecimento”, que praticamente encerra a obra *Dialética do Esclarecimento*, é apresentado após densas reflexões sobre os conceitos de esclarecimento e indústria cultural, absolutamente indispensáveis para a compreensão dos elementos do autoritarismo de feição *nazifascista*, e que fora tipificado como movimento do antissemitismo. Trata-se de uma espécie de “nexo universal do ofuscamento”⁹, caracterizado por uma relação intrínseca entre luzes e ofuscação que marcam, de forma inequívoca, os limites do esclarecimento. Para Horkheimer e Adorno (1985) a figura histórica mais acabada da *Dialética do Esclarecimento* foi o antissemitismo. Estamos diante, portanto, da necessidade de uma reflexão antropológica profunda, que nos faça chegar reflexivamente, ao outro nas suas diferenças. Essa seria uma atitude de combate à mentalidade antissemita, que impossibilita as pessoas de enxergarem o outro, em

8 A crítica ao avanço irrefletido do progresso é uma das ênfases do pensamento de Walter Benjamin e, seria importante considerá-la nesta análise.

9 Termo utilizado por Gabriel Cohn no artigo “Esclarecimento e Ofuscação: Adorno e Horkheimer hoje”, publicado na Revista **Lua Nova**: revista de cultura e política, no número 43, ano 1998.

sua peregrinação cega e paranoica pela autoconservação. São muitos os elementos do antissemitismo, que coincidem e completam o estudo sobre a personalidade autoritária, realizado por Adorno e outros três pesquisadores, nos Estados Unidos, no período de 1944-1947. É importante observar que as semelhanças entre o movimento do antissemitismo e o bolsonarismo¹⁰ são mais do que meras coincidências.

EDUCAÇÃO, AUTORREFLEXÃO CRÍTICA E INCONFORMISMO

A necessidade de compreensão da educação como autorreflexão crítica foi expressa por Theodor Adorno, em um dos textos educacionais mais corajosos e de combate ao autoritarismo que conhecemos na história mundial. Trata-se do ensaio “Educação após Auschwitz”, publicado em uma coletânea de ensaios sobre a educação, sob o título “Educação e Emancipação” no ano de 1971. São diversos textos, fruto de conferências e debates transmitidos pela Rádio de Hessen na Alemanha, no período de 1959 a 1969: “O que significa elaborar o passado”; “a filosofia e os professores”; “televisão e formação”, “tabus acerca do magistério”; “educação após Auschwitz”; “educação – para quê?”; “a educação contra a barbárie” e “educação e emancipação”. O artigo Teoria da Semiformação de 1959, que não fez parte da coletânea “Educação e Emancipação”, também integra o conjunto dos textos educacionais de Adorno. A análise dos referidos textos é de fundamental importância, tanto para a compreensão dos fundamentos pedagógico-emancipatórios de Adorno, como para a reflexão da situação atual da educação.

“Educação após Auschwitz” é o título de uma palestra de Adorno transmitida pela Rádio de Hessen, na Alemanha, no dia 18 de abril de 1965 e publicada em 1967. Trata-se de uma reflexão de 55 anos atrás sobre um dos acontecimentos mais trágicos da história da humanidade. O curioso é que 25 anos depois do genocídio de aproximadamente seis milhões de judeus, a situação, relativa aos motivos que poderiam conduzir as pessoas à vontade de extermínio, não havia mudado e Adorno toma esse fato histórico concreto, como objeto principal de sua reflexão educacional. Para Adorno (1995, p. 119) “A exigência que Auschwitz não se repita é a primeira de todas para a educação”, e continua:

A pouca consciência existente em relação a essa exigência e as questões que ela levanta provam que a monstruosidade não calou fundo nas pessoas, sintoma da persistência da possibilidade de que se repita no que depender do estado de consciência e inconsciência das pessoas (ADORNO, 1995, p. 119).

Para Adorno a consciência, a autorreflexão crítica, o discernimento e a autonomia são elementos indispensáveis à formação humana, com capacidade de definição, inclusive, dos rumos da história. O autor explicita, logo no início da sua exposição, o que Auschwitz significa:

A barbárie contra a qual se dirige toda a educação. Fala-se da ameaça de uma regressão à barbárie. Mas não se trata de uma ameaça, pois Auschwitz foi a regressão; a barbárie continuará existindo enquanto persistirem no que têm

10 Em 26/01/2020, a Folha de São Paulo publicou a matéria “Veja falas preconceituosas de Bolsonaro e o que diz a lei sobre injúria e racismo”. O presidente ataca periodicamente jornalistas, indígenas, mulheres, LGBTs, negros, japoneses, nordestinos, entre outros. São inúmeras frases destacadas, pela matéria, que evidenciam o comportamento paranoico, a visão estereotipada de ciência e das populações, tipicamente praticadas pela mentalidade antissemita de tipo bolsonarista.

de fundamental as condições que geram essa regressão. É isto que apavora (ADORNO, 1995, p. 119).

Entender as condições que geraram a regressão foi uma das tarefas da teoria social crítica de Adorno, pois os processos psicossociais que possibilitaram o extermínio planejado de milhares de pessoas em Auschwitz, ainda se podiam notar e continuam presentes até hoje. Recorrer à Psicanálise de Freud, especialmente as obras “O mal-estar na cultura” e “Psicologia de massas e análise do eu” foi o caminho percorrido por Adorno para entender Auschwitz, pois se “a barbárie encontra-se no próprio princípio civilizatório, então pretender se opor a isso tem algo de desesperador” (ADORNO, 1995, p.120). O frankfurtiano argumentava que o fato de Auschwitz ter ocorrido, “... não pode ser minimizado por nenhuma pessoa viva como sendo um fenômeno superficial, como sendo uma aberração no curso da história... (ADORNO, 1995, p. 120).

Adorno entendia, no seu tempo, que era extremamente limitada a possibilidade de mudar os pressupostos objetivos, isto é, sócio-políticos, que geram acontecimentos como Auschwitz e que, por isso, haveria a necessidade de entendermos os processos de formação subjetiva, no sentido da tomada de consciência dos mecanismos que tornam as pessoas capazes de cometer atos bárbaros. Mas o que seria a barbárie? O autor faz uma consideração importante, em um debate com Hellmut Becker transmitido pela Rádio de Hessen em 1968, no texto “A educação contra a Barbárie”:

Entendo por barbárie algo muito simples, ou seja, que estando na civilização do mais alto desenvolvimento tecnológico, as pessoas se encontrem atrasadas de um modo peculiarmente disforme em relação a sua própria civilização – e não apenas por não terem em sua arrasadora maioria experimentado a formação nos termos correspondentes ao conceito de civilização, mas também por se encontrarem tomadas por uma agressividade primitiva, um ódio primitivo ou, na terminologia culta, um impulso de destruição, que contribui para aumentar ainda mais o perigo de que toda esta civilização venha a explodir, aliás uma tendência imanente que a caracteriza (ADORNO,1995, p.155).

Vários aspectos são importantes na compreensão de Adorno sobre a barbárie. Poderíamos destacar pelo menos dois: o primeiro é que a barbárie é produzida pela sociedade dita “civilizada”, com todo o avanço científico e tecnológico que a caracterizam; o segundo é o perigo que esse movimento representa para a humanidade e para a vida do planeta. Colocar o tema da barbárie no centro do debate pedagógico significa dizer, com coragem, que a educação e a cultura podem fazer algo, tanto no agravamento das ações de extermínio, como no favorecimento da vida, da liberdade e do Bem Comum.

Mas quem seriam os verdadeiros culpados de Auschwitz? Os assassinos? Para Adorno (1995) os culpados são os desprovidos de consciência, aqueles que dirigem às pessoas seu ódio e sua fúria agressiva. Trata-se, portanto, da necessidade de compreensão dos impulsos de destruição e agressividade que mobilizam as pessoas. Para tanto, Adorno nos dizia que “... é necessário contrapor-se a uma tal ausência de consciência, é preciso evitar que as pessoas golpeiem para os lados sem refletir a respeito de si próprias. A educação tem sentido unicamente como educação dirigida a uma autorreflexão crítica” (ADORNO, 1995, p.121). O autor é muito claro na sua proposição pedagógica: a educação precisa promover a autorreflexão crítica,

produzir uma consciência verdadeiramente antropológica de nós mesmos. Significa, em outras palavras, uma decisão pela reflexão dos aspectos ético-políticos da educação; colocando as questões culturais e sociais no centro do debate.

Nos programas educacionais globais, com a chancela da OCDE¹¹, o ser humano e a dimensão ético-político da educação, não passa de uma camada muito fina de verniz. Conforme Dardot e Laval (2016) a constituição de um “neosujeito” de feição neoliberal faz com que o homem deixe de ser a referência de seu próprio processo educativo. O sistema capitalista neoliberal determina o que o ser humano deve ser e como ele deve agir para se integrar ao sistema e ser reconhecido como uma espécie de *case* de sucesso. O que importa é a formação das competências e das habilidades técnicas profissionais, que podem formar com eficiência o engenheiro, o médico, o advogado, o *web-designer* entre tantos outros profissionais, cada vez mais subservidores às demandas econômicas do mercado. Formamos na maioria das vezes, sob a tutela da “cultura” *business*, pessoas competitivas, frias, insensíveis, autoritárias, agressivas, sem a consciência devida de sua atuação como ser humano, como pessoa, com responsabilidade efetivamente social, comprometida com o outro e com o Bem Comum.

No estado de claustrofobia que as pessoas se encontram no mundo administrado, em que a “semiformação passou a ser a forma dominante da consciência atual”, nos dizia Adorno na Teoria da Semiformação (ADORNO, 2010, p. 9), o projeto de uma educação emancipatória, contrária a Auschwitz, exige uma ação efetiva e concreta. Nesse aspecto Adorno é bastante incisivo:

Quando falo de educação após Auschwitz, refiro-me a duas questões: primeiro a educação infantil, sobretudo na primeira infância; e, além disto, ao esclarecimento geral, que produz um clima intelectual, cultural e social que não permite tal repetição; portanto, um clima em que os motivos que conduziram ao horror tornem-se de algum modo conscientes (ADORNO, 1995, p. 123).

Os motivos que nos conduzem ao horror precisam estar às claras e devem ser trabalhados com muita maestria pelos adultos, que são os responsáveis pela formação das novas gerações, daí a necessidade de começarmos na primeira infância. Evidentemente, que a quebra do elo de uma corrente autoritária, não pode ser feita de forma violenta, segregativa, polarizada, bolsonarista, mas em um clima cultural e social que coloque o princípio ético-político do Bem Comum no centro de nossas interações. Esse movimento educacional consciente deve ocorrer no interior das famílias, das escolas, dos programas veiculados pela mídia, das postagens nas redes sociais, enfim pela sociedade como um todo, com o propósito de levar uma mensagem muito simples: que todas as vidas importam e devem ser respeitadas, que não deve haver vidas melhores do que outras.

Adorno nos apresenta alguns passos nesse processo social de esclarecimento, de tomada de consciência do significado profundo de Auschwitz, e que coincidem com os aspectos do desvelamento da personalidade autoritária e dos elementos do antisemitismo. Vejamos mais alguns deles:

Como nós consideramos as estruturas de autoridade que estabelecem nossos vínculos de compromisso? Essa questão pensada em uma perspectiva psicossocial nos mostra, segundo Adorno (1995, p.123-126), que “as pessoas não se encontram

11 OCDE: Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

psicologicamente preparadas para a autodeterminação”, que a “perda da autoridade é uma das condições do pavor sadomasoquista”, que “pessoas com traços sádicos reprimidos são produzidas por toda parte pela tendência social geral”. E continua Adorno:

Os vínculos de compromisso, quando não são experimentados por si mesmos, de forma autônoma, convertem-se em uma espécie de passaporte moral, de base heterônoma, dependente de mandamentos, de normas que não são assumidas pela razão própria do indivíduo (ADORNO, 1995, p. 124).

Isso que dizer que a aposta de Adorno estava circunscrita à formação da autonomia, ao poder da capacidade de autodeterminação crítica, no sentido de Kant, como contraposição à consciência alienada. O autor nos sugere, ainda, uma atenção especial à relação perturbada e patogênica que estabelecemos com o corpo: “Em cada situação em que a consciência é mutilada, isto se reflete sobre o corpo e a esfera corporal de uma forma não-livre é propícia a violência” (ADORNO, 1995, p.126-27). Esse é um aspecto fundamental que exige uma leitura aprofundada dos educadores.

Outro aspecto importante vincula-se às filiações que estabelecemos com os grupos, com os coletivos, que a exemplo do esporte, tanto pode significar *fair-play*, como pode promover o sadismo, a brutalidade, a agressão. Como enfatiza Adorno, “tudo isso se relaciona de um modo ou de outro à velha estrutura vinculada à autoridade, a modos de agir (...) ao caráter autoritário, que se manifestou em Auschwitz na forma de identificação cega ao coletivo” (ADORNO, 1995, p. 127). É sobre essa questão que deveríamos nos ater e resistir: o esclarecimento sobre o problema da coletivização e o que as filiações aos grupos representam, no sentido de entendermos quais os mecanismos de defesa, os estereótipos, que estão bloqueando a nossa consciência.

A questão da dessensibilização e frieza, proporcionada pela disciplina, pela severidade, é outro aspecto importante que devemos considerar. “Quem é severo consigo mesmo adquire o direito de ser severo também com os outros, vingando-se da dor cujas manifestações precisou ocultar e reprimir” (ADORNO, 1995, p. 128). E continua o autor, “A educação precisa levar a sério o que já de há muito é de conhecimento da filosofia: que o medo não deve ser reprimido” (ADORNO, 1995, p.129).

O “caráter manipulador”, que equivale a consciência coisificada, descrito na personalidade autoritária, se distingue pela fúria organizativa, pela incapacidade total de levar a cabo experiências humanas diretas, por certo tipo de ausência de emoções, por uma espécie de realismo exagerado. As pessoas manipuladoras são incapazes de fazer experiências, no sentido de Benjamin. Por isso que a proposta concreta de Adorno é: utilizar todos os métodos científicos disponíveis, em especial a psicanálise durante muitos anos, para estudar entender por que uma pessoa se torna assim, tão fria e desumana. “Na medida em que se conhecem as condições internas e externas que os tornaram assim, seria possível tirar conclusões práticas que impeçam a repetição de Auschwitz” (ADORNO, 1995, p.131). O “ser assim”, adverte Adorno, “é apreendido equivocadamente como natureza, como um dado imutável e não como resultado de uma formação” (ADORNO, p.132).

A relação que estabelecemos com a técnica é outro aspecto essencial, que deveríamos considerar, conforme Adorno: “Um mundo em que a técnica ocupa uma posição tão decisiva como acontece atualmente, gera pessoas tecnológicas, afinadas

com a técnica” (ADORNO, 1995, p. 132). O contato com a técnica não pode ser exagerado, irracional e patogênico. Se assim o for, a humanidade tenderá “a considerar a técnica como sendo algo em si mesma, um fim em si mesmo, uma força própria, esquecendo que ela é a extensão do braço dos homens” (ADORNO, 1995, p. 132). O processo de fetichização da técnica desconecta as pessoas do sentido antropológico que lhes é inerente: uma vida humana digna. O exemplo concreto da fetichização da técnica utilizado por Adorno refere-se àqueles que projetaram um sistema ferroviário para conduzir as pessoas a Auschwitz, com maior rapidez e fluência, de forma totalmente desconectada das vidas das vítimas. Trata-se, em última instância, do estado de profunda frieza, de indiferença nua e crua em relação ao outro. Quantos mil exemplos parecidos poderíamos listar no atual contexto brasileiro?

Adorno nos diz claramente que o primeiro passo, de inconformismo, “seria ajudar a frieza a adquirir consciência de si própria, das razões pelas quais foi gerada” (ADORNO, 1995, p. 136), e que as chances de superação são maiores quando nos responsabilizamos e tratamos bem as nossas crianças. Ainda que “o esclarecimento racional não dissolva diretamente os mecanismos inconscientes (...) ele ao menos fortalece na pré-consciência, determinadas instâncias de resistência, ajudando a criar um clima desfavorável ao extremismo” (ADORNO, 1995, p.136). Precisamos evitar, portanto, como diria Walter Benjamin “o assassinato de nós mesmos”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O déficit ético-político na formação, com pessoas cada vez mais distantes delas mesmas, do Bem Comum, tem produzido seres humanos cada vez mais danificados, petrificados, autoritários, frios, incapazes de se reconhecer no outro. Um sério risco para o futuro da humanidade que habita um planeta cada vez mais devastado. O desenvolvimento econômico não pode estar à frente da vida, pelo contrário, precisamos compreender a complexidade do tecido socioeconômico do qual somos parte. Devemos nos importar com os outros e, juntos, construirmos um mundo mais justo, humano e feliz. Não é “jogando a sujeira para debaixo do tapete” de nossas casas, de nossas salas de aula, ou de nossos grupos de *WhatsApp*, que iremos mudar a forma agressiva e violenta como nos relacionamos.

Muitos aspectos do autoritarismo podem ser observados no Brasil hoje, mesmo após o período de sua redemocratização (pós 1985), e que teve avanços em termos de políticas sociais e educacionais, com destaque para a promulgação da Constituição Federal de 1988, hoje ameaçada; para a sanção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e para o Plano Nacional de Educação (2001-2011 e 2014-2024), com garantias, participação democrática e metas muito bem definidas para a educação. No entanto, a efetivação de direitos sociais, como a educação, encontra-se em processo de regressão; devido à ofensiva das reformas ultraliberais em curso no Brasil, há vários anos e à mentalidade antisemita insurgente que integra a “cultura” do movimento bolsonarista.

A superação do autoritarismo, especialmente em uma sociedade profundamente desigual como a nossa, não se dará mediante reformas do tipo “Future-se”¹², com a quebra da autonomia universitária e o avanço da privatização, do empreendedorismo

12 FUTURE-SE é um Programa do Ministério de Educação, transformado em Projeto de Lei, a ser apreciado pelo Congresso Nacional e que atinge o coração da universidade pública: a autonomia. O Programa já foi amplamente rechaçado pelas Universidades e Institutos Federais.

e das inovações tecnológicas determinadas pelos grandes grupos econômicos. Não se dará ainda, com a imposição do bolsonarismo, fortemente criticado e combatido, no presente momento, por diversos setores da sociedade brasileira. Pelo contrário, a saída está no desenvolvimento humano, com ações concretas de reconhecimento do outro (HONNETH, 2009), mediante o fomento da vida comum como princípio ético-político (DARDOT e LAVAL, 2017) enfim, pela afirmação da humanização (FREIRE, 1974 e 1982); como garantia de uma educação libertadora, crítica e emancipatória voltada ao cultivo de laços afetivos, com respeito à alteridade e à dignidade da pessoa humana.

Finalizando, não basta ficarmos esperando dias melhores, precisamos, ao contrário, da leitura crítica da realidade, de uma atitude esperançosa, que pressupõe a ação de libertação de nós mesmos e dos outros, enfim, do diálogo que poderá constituir uma grande frente democrática em defesa do Bem Comum. Como diria Gomes e Barbosa (2020): “Sempre Esperançar!”

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. Educação após Auschwitz, In: ADORNO, Theodor W. *Educação e Emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. (pp. 119-138).
- ADORNO, T. W. Educação Contra a Barbárie, In: ADORNO, Theodor W. *Educação e Emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. (pp. 155-168).
- ADORNO, T. W. Teoria da Semiformação, In: PUCCI, B.; ZUIN, A. A. S.; LASTÓRIA, L. A. C. N. *Teoria Crítica e Inconformismo*. Campinas: Autores Associados, 2010.
- ARENDT, H. *Origens do Totalitarismo: anti-semitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARENDT, H. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.
- BLANC, A.; BOSCO, J. *Essa Mulher – Elis Regina*, Rio de Janeiro: Warner, 1979.
- BRASIL, Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2000.
- COHN, G. C. “Esclarecimento e Ofuscação: Adorno e Horkheimer hoje”. *Revista Lua Nova: revista de cultura e política*, no número 43, ano 1998.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. *Comum: Ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DUNKER, C. I. L. Psicologia das massas digitais e análise do sujeito democrático, IN: ABRANCHES, S. et al. *Democracia em Risco?* São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- FAORO, R. *Os Donos do Poder: Formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2001.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Matéria de 26/01/2020 “Veja falas preconceituosas de Bolsonaro e o que diz a lei sobre injúria e racismo”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/01/veja-falas-preconceituosas-de-bolsonaro-e-o-que-diz-a-lei-sobre-injuria-e-racismo.shtml>. Acesso em 23 de maio de 2020.
- FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- FREIRE, P. *Educação como Prática da Liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FREYRE, G. *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Círculo do Livro, 1933.
- FREYRE, G. *Sobrados e Mucambos*. São Paulo: Global, 2006.
- FURTADO, C. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GOMES, L. R.; BARBOSA, V. *Esperançar: composição musical*. São Carlos: Editora Independente, 2020.
- HOLLANDA, S. B. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

-
- HONNETH, A. *Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2009.
- HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. Elementos do Anti-semitismo: limites do esclarecimento, In: HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985 (pp. 157-194).
- HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- LEAL, V. N. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.
- PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.
- RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SOUZA, J. *A Elite do Atraso: da escravidão a Bolsonaro*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2017.